A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída através o Ato do Presidente no 489, de 6 de junho de 2019, o qual objetiva apurar os fatos constantes do Relatório Final do Processo Administrativo no 5082/2018, oriundo da Prefeitura Municipal de Santa Isabel, que teve por objeto a análise de documentos emitidos entre 2017/2018 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, onde apontam para indícios de irregularidades cometidas nas expedições de Licenças Ambientais cujo prazo se encerraria em 12 de novembro próximo foi prorrogada na noite dessa terça-feira, 5.
O pedido de prorrogação foi solicitado pelos membros Comissão, Paulinho Investigador, Patrícia Simão, Edson Oh Glória, Ademar Barbosa e Jairo Furini a qual foi justificado o grande volume de diligências a serem efetuadas e outras providências a serem tomadas para a conclusão dos trabalhos da Comissão.

A CPI será estendida por 120 (cento e vinte) dias.